



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
XI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A INTERNALIZAÇÃO DE UMA CRISE INTERNACIONAL: A
PETROBRAS E A CRISE DO GÁS BRASIL/BOLÍVIA**

CARLOS HENRIQUE LOPES SAMPAIO

BRASÍLIA

2010

CARLOS HENRIQUE LOPES SAMPAIO

**A INTERNALIZAÇÃO DE UMA CRISE INTERNACIONAL: A
PETROBRAS E A CRISE DO GÁS BRASIL/BOLÍVIA**

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização em Relações Internacionais
para a Universidade de Brasília, apresentado
como requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos
Lessa.

BRASÍLIA

2010

DEDICATÓRIA

A Conça e Paulo Sampaio, pelo apoio e estímulo intenso.

Aos meus pais, pela solidariedade de sempre.

Aos filhos, Julia, Rodrigo e Liz, amores do meu caminho.

À Dayana, minha flor maior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à PETROBRAS, na pessoa de Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo, pela oportunidade e pelo incentivo em poder absorver conhecimentos na área de Relações Internacionais.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Antonio Carlos Lessa, pelo apoio, acessibilidade e disponibilidade de seus conhecimentos.

Aos colegas de trabalho, agradeço o apoio dispensado, em especial à Luciane Sales.

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a internalização de uma crise internacional, ou seja, o episódio da nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia, instituído pelo Decreto Boliviano em 1º de maio de 2006, e como a mídia impressa influenciou o Congresso Nacional Brasileiro, sendo este o objetivo principal. Nesse sentido, busca-se avaliar como se deu a propagação e a interpretação das notícias no contexto da crise, bem como suas respectivas interferências no âmbito das duas Casas que compõem o Congresso, quais sejam: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Também é objeto do trabalho demonstrar a evolução histórica da nacionalização do setor petrolífero para os bolivianos. Dentre outros objetos, a pesquisa relata ainda as condições de caráter político e econômico do Brasil durante a fase preparatória e a etapa posterior da implantação do gasoduto traçado entre o Brasil e a Bolívia, e por fim, o quesito referente à imagem da Petrobras diante da crise.

O estudo é desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica, incluindo-se aí o acesso aos jornais e site eletrônicos, apreciação dos pronunciamentos e discursos dos congressistas, e análise de texto legislativo, nesse caso do Decreto nº 28 701 de 2006, da Bolívia e as várias proposições legislativas que tramitaram sobre o assunto no Congresso Brasileiro.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS, TABELAS E SIGLAS

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Gás enviado por meio do gasoduto da Bolívia para o Brasil ao longo do período 1999 a 2007	13
Gráfico 02 – Participação do Gás na matriz energética brasileira em dois períodos	16
Gráfico 03 – Oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro	18
Gráfico 04 - Oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro – 2012	19
Gráfico 05 – Arrecadação da Bolívia – 2005	21
Gráfico 06 – IDM Brasil – maio 2006	34
Gráfico 07 – Quantitativo de notícias positivas e negativas sobre a Petrobras	35
Gráfico 08 – Valor da Notícia da Petrobras	36
Gráfico 09 – IDM – Brasil – Editoriais	37

TABELAS

Tabela 01 - Participações acionárias da TBG e GTB.	14
Tabela 02 - Número de proposições legislativas apresentadas na Câmara de Deputados.	30

FIGURAS

Figura 01 - Participação estatal na exploração de hidrocarbonetos na Bolívia.	11
Figura 02 - Traçado do Gasbol e localização das companhias estaduais de Gás.	17

SIGLAS

CME – Comissão de Minas e Energia.	
CREFD – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	
CAIDR – Comissão de Agricultura, Indústria e Desenvolvimento Regional.	
MESA – Mesa diretora da Câmara dos Deputados.	

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS, FIGURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A BOLÍVIA: CONTEXTO POLÍTICO E O SETOR DE HIDROCARBONETOS	4
1.1. Aspectos gerais	4
1.2. Panorâmica da política boliviana	6
1.3. A Lei boliviana de hidrocarbonetos	8
1.3.1. A regulamentação do setor petróleo e gás na Bolívia	8
1.3.2. O Decreto boliviano de nº 28.701/06, de 1º de Maio de 2006	10
CAPÍTULO 2 - IMPORTAÇÃO DO GÁS BOLIVIANO, MERCADO INTERNO BRASILEIRO DE GÁS E PETROBRAS NA BOLÍVIA	12
2.1. O GASBOL	12
2.1.1. Estabelecimento de contrato	12
2.2. O mercado de gás natural no Brasil	17
2.2.1. Demanda e oferta de gás	17
2.3. Petrobras na Bolívia	20
CAPÍTULO 3 - A INTERNALIZAÇÃO DA CRISE DO GÁS BRASIL X BOLÍVIA: O NOTICIÁRIO NO MÊS DE MAIO DE 2006 E A REPERCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO	23
3.1. A mídia impressa no mês de maio de 2006: Folha de São Paulo e O Globo	23
3.2. A repercussão no Congresso Nacional	27
3.2.1. Câmara dos Deputados	29
3.2.2. Senado Federal	32
3.3. Como o episódio afetou a imagem da Companhia brasileira	33
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

A denominada sociedade da informação é constantemente influenciada pela mídia dominante. O papel desempenhado por esta última, no sentido de promover a construção da realidade mediante a seleção, apresentação e interpretação dos diversos fatos e aspectos sociais, em especial, aqueles inseridos no contexto político, constitui uma característica intrínseca às relações sociais, sobretudo nos dias atuais.

À medida que o poder de alcance dos meios de comunicação foi sendo ampliado, a sociedade passou a conviver com a presença maciça de seus efeitos, dentre os quais importa mencionar a sustentação da democracia, a inserção da sociedade num fluxo complexo de informações, e mais um que interessa ao presente estudo: o poder de pautar os assuntos que ocupam os principais círculos de discussão na opinião pública, incluindo-se aí os debates e pautas empreendidos pelos congressistas e, em especial, decorrente de uma crise internacional.

Em relação ao fluxo de informações gerado pela complexidade do aparato midiático, salienta-se que sua importância está relacionada aos direitos individuais de informar e ser informado, assim como à promoção de debates na opinião pública e ao controle dos três poderes políticos. No entanto, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação promovem a inserção da sociedade no contexto dos acontecimentos, eles também atuam no sentido de pautar a agenda pública, então denominada *agenda setting*. Isto é, os meios de comunicação detêm extrema capacidade de deixar um determinado assunto em evidência e de influenciar a formação da opinião pública, de forma favorável ou desfavorável, em relação a políticos, instituições, organizações, grupos, pessoas, entre outros. Um exemplo relevante dessa tendência midiática diz respeito à repercussão da crise internacional entre o Brasil e a Bolívia em maio de 2006, por conta da nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos boliviano, mormente em relação à sua projeção no Congresso Nacional Brasileiro.

Ao passo que os meios de comunicação atuam na seleção dos fatos do mundo real, ou seja, selecionam aqueles que mais se aproximem de fatos noticiáveis, cada

um deles acaba por refletir sua política editorial, o que, por sua vez, implica na delimitação do conjunto de temas sobre os quais a sociedade deve dirigir sua atenção e construir sua opinião. Quanto à interação entre os políticos e os meios de comunicação importa mencionar a reciprocidade de interesses entre ambos, pois enquanto os primeiros vêem a mídia como um instrumento capaz de propagar sua imagem pessoal e profissional, os profissionais das áreas de comunicação mantêm seus respectivos focos de atenção na produção de notícias.

Sendo assim, o objetivo central desta pesquisa é mostrar como a crise do gás entre o Brasil e Bolívia, envolvendo a Petrobras, foi internalizada na pauta de discussão da sociedade, bem como na pauta política do Congresso Nacional. Já em relação aos objetivos específicos, o de maior relevância é identificar a influência da mídia impressa nas duas Casas que compõem o Congresso, ou seja, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, durante o período referente à crise supracitada, especialmente no mês de maio de 2006. Dentre outros objetivos específicos, a presente pesquisa visa mostrar os aspectos da construção do gasoduto - GASBOL – e sua inserção no contexto político-econômico da mesma época, e, por fim, a imagem da Petrobras no âmbito da crise em referência.

Nesse sentido, a monografia está dividida em três capítulos, os quais se apresentam da seguinte forma: 1) *Bolívia, contexto político e setor de hidrocarbonetos*; 2) Importação do gás boliviano, mercado interno brasileiro de gás e Petrobras na Bolívia; 3) *A internalização da crise Brasil X Bolívia: O noticiário no mês de maio de 2006 e sua repercussão no Congresso Nacional Brasileiro*.

No que diz respeito à organização didática do primeiro capítulo ele está dividido em duas seções, cujas divisões internas se dão sob a forma de tópicos devidamente estruturados. Na primeira seção desse capítulo, é abordada, de forma panorâmica, a política na Bolívia, as últimas eleições presidenciais, a defesa do nacionalismo, a onda neoliberal dos anos 90 e, também, a eleição de Evo Morales. Já na parte final dessa seção é descrita a regulação do setor de hidrocarbonetos naquele

país, assim como é analisado o Decreto Supremo que nacionalizou todo o setor petrolífero em maio de 2006.

Em relação ao capítulo 2, sua estrutura e organização gira em torno da construção do gasoduto - GASBOL - construído entre o Brasil e a Bolívia, bem como das particularidades do mercado consumidor brasileiro, tanto no período que antecede a disseminação comercial do gás como no período que lhe sucede, e da importância desse último no âmbito de desenvolvimento do país.

Dessa forma, a estrutura interna do capítulo em destaque se dá em três seções. Na primeira, é feita uma abordagem tanto sobre a construção do GASBOL, o que equivale, em termos ilustrativos, às condições de demanda e contratuais do gás, respectivamente. No que tange à segunda seção, é apresentada uma análise mais técnica sobre as condições de demanda e oferta do gás por parte da sociedade brasileira, utilizando-se para tanto de alguns recursos gráficos. Em seguida, é informado sobre os investimentos da Petrobras na Bolívia.

No que concerne ao terceiro e último capítulo busca-se apontar como uma crise internacional foi concebida pela mídia diante do emblemático entrave político-econômico travado entre o Brasil e a Bolívia, no auge da denominada crise do gás. Quanto à sua estrutura, o capítulo é dividido em três seções, cujas temáticas são elencadas da seguinte forma: o noticiário sobre as consequências da nacionalização do gás boliviano no mês de maio de 2006, utilizando-se os jornais O Globo e Folha de São Paulo, em suas edições daquele mês; a repercussão dessa crise no Congresso Nacional, utilizando-se de pesquisa nos jornais da Câmara e do Senado, também nesse período mensal, além de pesquisa nas várias proposições legislativas apresentadas no Congresso Nacional, assim como, a análise dos pronunciamentos dos parlamentares na ocasião e, por fim, como a Petrobras foi afetada em sua imagem por conta da crise do gás.

CAPÍTULO 1

A BOLÍVIA: CONTEXTO POLÍTICO E O SETOR DE HIDROCARBONETOS

1. 1 Aspectos gerais

A Bolívia traz consigo uma história de instabilidade política e usurpação de suas riquezas. Inicialmente foi a prata, levada de Potossi pelo colonizador espanhol. As jazidas de estanho, que foram a segunda maior do mundo, se exauriram devido à exploração intensiva que mineradoras internacionais realizaram no país.

Acumulou grandes perdas: para o Chile, perdeu a saída para o mar, após a Guerra do Pacífico, no final do século XIX. Esse fato está vivíssimo nos bolivianos e foi um dos fatores dos distúrbios de 2003 que derrubaram o presidente Sánchez de Lozada, pois este acertara com os chilenos o escoamento dos recursos bolivianos por um porto no país vizinho, causando uma forte mobilização popular contra seu governo.

Mesmo sendo um dos países mais pobres e desiguais da América Latina, a Bolívia teve uma experiência anterior à brasileira com referência a exploração de petróleo. Em 1936 o Presidente Coronel Davi Toro, por meio de um decreto, criou a companhia estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Face o decreto, a Bolívia nacionalizou a americana Standard Oil of Bolívia, então envolvida em fraudes fiscais. Ao lado disso, vários fatores contribuíram negativamente para que a estatal criada se desenvolvesse e se estruturasse no desenrolar de seus primeiros anos de funcionamento, a exemplo da carência de mão-de-obra especializada, da falta de interesse internacional nas reservas bolivianas pela incerteza causada pela referida nacionalização, dos problemas internos decorridos da Guerra do Chaco (perda de parte do território para o Paraguai), além do uso político

da empresa pelo governo e a inexistência de uma gestão competente na área do setor petróleo.

Mais adiante, em 1953, período marcado pela Guerra Fria, o Brasil e Bolívia acenaram para a construção de estrada de ferro, o que significaria a saída e o aproveitamento do petróleo boliviano (Cervo, 2007, p.145). A bem da verdade, desde 1938 ambos os países já negociavam convênios referentes a tais pontos.

Já em 1997, em meio ao contexto neoliberal que incrementou as privatizações na América Latina, a YPFB foi redistribuída pelo mercado, graças ao fato de que uma parte de suas ações encontrava-se no mercado de capitais e a outra parcela acionária estava com a própria empresa estatal. E foi justamente via mercado de ações que empresas transnacionais adentraram a Bolívia, dentre elas, a Petrobras.

Mais à frente, em 2005, a onda nacionalista renasce com a eleição de Evo Morales, retornando à YPFB as instalações e investimentos realizados desde 1997.

Peremptoriamente, a nacionalização dos hidrocarbonetos constituiu um anseio da maioria da sociedade boliviana. Entretanto, partindo-se do fato de que a Bolívia apresentava um PIB aproximado de US\$ 8,8 bilhões em 2004, distribuídos entre o setor primário, 16%, indústria, 31%, indústria de transformação, 14% e o setor de serviços representando 54%, é de se ver que o referido país acabava por revelar sua incapacidade no que diz respeito aos investimentos na indústria petrolífera, especialmente porque esse setor demandava altos volumes monetários.

Enfim, se a nacionalização do setor petrolífero, por um lado, representava o anseio preponderante da maioria da sociedade boliviana, por outro, é um assunto que recebe crítica, como as de Cervo¹, que externa a sua convicção segundo a qual a Bolívia toma um caminho onde agride *“a globalização pelo discurso político, regride a modelo de intervenção estatal pré-globalista com nacionalizações de*

¹ Amado Luiz Cervo como expositor no 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em julho de 2007 em Brasília. Disponível em: <http://www.cpgss.ucg.br/ArquivosUpload/24/file/Globalizacao.%20Integracao%20e%20Estado%20Nacional%20no%20Mundo%20Contemporaneo%20-%20Amado%20Luiz%20Cervo.pdf> Acesso em 27.03.2010.

empresas privadas e forte nacionalismo político e social, e fundamenta o desenvolvimento sobre o capital provindo de recursos naturais ao invés dos fluxos de investimentos externos”.

1.2 Panorâmica da política boliviana

A Revolução de 1952 na Bolívia marca a contemporaneidade histórica deste país. E isso porque, apesar da república boliviana conhecer mais golpes militares que aniversários, em toda sua existência, aquela se configurou como uma reforma mais avançada que muitos processos de mudança ocorridos na América Latina (Guimarães, 2009, p. 13-17). Naquele momento, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN) derrubou a junta militar e Paz Estenssoro assumiu a presidência. Sob o governo deste último, a Bolívia conviveu com a nacionalização das minas e o estabelecimento do monopólio atinente à exportação de estanho. Em 1954 foi realizado o parcelamento de terras para distribuí-las entre os indígenas, e, ao mesmo tempo, houve o incentivo à prospecção de petróleo pelas transnacionais e a introdução do voto universal. Ademais, houve nesse período a tentativa de refundar o Estado Boliviano, ainda que não se tenha buscado a mobilização popular tão necessária para atingir esse alvo importante (Domingues, 2009, p.27).

Já introduzido na onda neoliberal, em 1997 o presidente Hugo Banzer Suárez (1997-2001), eleito somente com 22% dos votos, enviou ao Congresso uma proposição legislativa denominada Lei da Água, cujo intuito era privatizar os serviços de abastecimento de água, provocando um conflito social que acabou por derrotar seu governo. Nessa época houve a continuação da política de capitalização de empresas estatais, num processo de abertura de mercado. E mais. As crises internacionais comprometeram acentuadamente a economia boliviana, apresentando diminuição de seu tamanho e queda no nível de emprego.

O que significa, por assim dizer, que a aplicação do modelo liberal nesse país gerou para a sua sociedade uma instabilidade econômica com graves crises sociais. É necessário salientar, ainda, que a economia boliviana continua apresentando déficit

permanente na balança comercial e sua estrutura setorial denota uma economia primário-exportadora, dependente e vulnerável ao câmbio, além de apresentar forte incidência do setor terciário. 40% da população formam um setor da economia de base natural, desconectada do mercado; outros 35% compõem uma economia de base familiar, em áreas urbanas e conectadas ao mercado; e 25% perfazem a população inserida numa economia de base mercantil formatando a parcela das indústrias mineira e petrolífera (Guimarães, 2009, p. 15).

Chega-se, então, ao século XXI com Gonzalo Sánchez de Lozada (2001-2003) na presidência. Este, não tinha apoio na população porque não conseguiu reativar a economia, e ainda teve o seu mandato encurtado por uma revolta popular, culminado pelo episódio chamado “Guerra do Gás”. Guerra esta, por sua vez, que atrelada a uma rebelião indígena e popular, acabou por ensejar a sua renúncia. Nesse episódio, em setembro de 2003, a população era contrária à alienação dos recursos naturais do país. Naquele instante, as passeatas eram comuns e houve execução pelo exército de civis, o que gerou repúdio da opinião pública nacional e internacional. Sánchez de Lozada obteve na sua eleição 22,5% dos votos pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN), enquanto Evo Morales, pelo Movimento pelo Socialismo (MAS) alcançou 20,9%².

Com sua renúncia, assumiu o vice-presidente Carlos Mesa (2003-2005), que aprovou com o apoio de sua base parlamentar a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do País, considerada por uma grande parcela dos bolivianos como uma forma de entregar aos EUA a produção de gás do país. Em outubro de 2003 foi realizado o “Acordo de Outubro”, cujo desfecho deu-se com a denominada “Guerra do Gás” e a afirmação dos seguintes compromissos: referendo sobre a nova lei de hidrocarbonetos; apresentação de projeto de lei sobre consulta popular; e a promessa de governar sem o “cuotéo” (divisão de cotas de cargos estatais entre os partidos da base de apoio ao governo).

² A Constituição vigente estabelece que um candidato para ser eleito presidente necessita de mais de 50% dos votos, caso contrário o Congresso escolhe dentre os três mais votados.

Em plebiscito de 18 de julho de 2004, os bolivianos apontaram para uma taxaço maior e um controle estatal de fato, de forma que a utiliza  o dos recursos petrolíferos fosse capaz de desenvolver a industrializa  o da Bolívia.

O Presidente Carlos Mesa não suportou os protestos populares e renunciou ao cargo, assumindo o Presidente do Judiciário, Eduardo Rodriguez, que convocou elei  o ainda em 2005.

Com mobiliza  es populares ami  des e concorrendo a um processo eleitoral antecipado, o candidato do MAS, Evo Morales, elege-se em 18 de dezembro de 2005 Presidente da Bolívia com 53,7% dos sufrágios, alcançando a maioria absoluta dos votos.

Assumiu o cargo em 23 de janeiro de 2006 e já em primeiro de maio nacionalizou todo o setor de hidrocarbonetos, deixando estremecidas as rela  es com vários países, inclusive o Brasil, visto que a Petrobras respondia por 18% do PIB boliviano e era a maior empresa em opera  o naquele país.

Canadá, Coréia do Sul, Espanha, Argentina e Reino Unido tiveram os contratos de concessão para a explora  o de gás natural, cancelados (Wertheim, 2006).

1.3 A Lei boliviana de hidrocarbonetos

1.3.1 A regulament  o do setor petróleo e gás na Bolívia

A crise decorrente da publica  o do Decreto Supremo de n   28.701, de 1   de maio de 2006, do governo boliviano, provocou nos meios políticos e jornalísticos, uma repentina onda nacionalista. Poucas vezes viu-se uma posi  o peremptória da imprensa e do Congresso em defesa dos interesses do Brasil.

Mas a nacionaliza  o das jazidas de petróleo e gás pelo presidente boliviano não reservou grande surpresa, uma vez que desde a campanha para a Presidência, o

candidato Evo Morales defendeu essa posição. Ele fez uma promessa eleitoral de nacionalizar os recursos minerais e o eleitor boliviano o elegeu com base em sua plataforma política que previa a defesa desta proposta. Ao chegar à presidência ele apenas cumpriu o que prometera. O secretário-geral da vice-presidência da Bolívia, Hector Ramirez, afirmou em entrevista que existe “a sensação de que a nacionalização é mais importante do que a Constituinte” (Carta Maior, 20/06/06), embora ressaltando que nacionalização e constituinte são aspectos complementares.

A nacionalização das reservas de hidrocarbonetos já havia ocorrido na Bolívia, em 1936, por meio do coronel David Toro que confiscou as propriedades da Standard Oil. Em 1969, o general Alfredo Ovando também confiscou as propriedades da Gulf. Nessas duas vezes, foi utilizada pelos governos a figura do “decreto supremo”, apesar de que em nenhuma delas a Bolívia teve condições políticas de sustentá-los.

No que tange à Constituição Boliviana de 1967 importa mencionar que a mesma sofreu cinco reformas até 2005 e é, portanto, anterior ao governo Evo Morales, cujo mandato foi assumido janeiro de 2006. Em 18 de julho de 2004, sob o governo de Carlos Mesa, e sob pressão dos movimentos sociais, foi realizado um plebiscito sobre a comercialização e exploração do gás, cuja posição escolhida pela população da Bolívia, foi a de nacionalização do produto logo após sua extração, ou “na boca do poço”.

A Constituição da República da Bolívia³, já reformada em 2005, em seu artigo 139 exara o seguinte: “As reservas de hidrocarbonetos, qualquer que seja o estado em que se encontrem ou a forma em que se apresentem, são de domínio direto, inalienável, imprescritível do Estado. Nenhuma concessão ou controle poderá conferir a propriedade das reservas de hidrocarbonetos. A prospecção, exploração, comercialização e transporte dos hidrocarbonetos e seus derivados são de responsabilidade do Estado”. Em 17 de maio de 2005 o Congresso Boliviano aprova

³ Disponível em:

<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/consboliv2005.html#parte3titulo1cap2>>. Acesso em 16/02/2010.

a “*Ley de Hidrocarburos*”, e no seu artigo 5º cita o plebiscito realizado em 2004 e o art. 139 da Constituição.

1.3.2 O Decreto boliviano de nº 28.701/06 ⁴, de 1º de maio de 2006

A seguir é mostrado um resumo do decreto e suas condições:

- O Estado boliviano passa a controlar todos os segmentos da indústria de óleo e gás no país.
- A YPFB assume a comercialização, definindo as condições, volumes e preços para mercado interno e externo.
- Estado estabelece período de transição de 180 dias para normalizar situação sob novos contratos individualmente aprovados pelo Congresso boliviano.
- Estado nacionaliza as ações necessárias para que a YPFB controle no mínimo 50% mais 1 das ações nas empresas Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A., Petrobras Bolivia Refinación S.A. e CLHB (companhia de logística).

Durante período de transição o valor da produção se distribuirá da seguinte maneira:

1. Campos com produção média maior que 3 MM m³/d (Petrobras):
 - 18% para empresa (a parcela da empresa destina-se a cobrir custos operacionais, amortização de investimentos, e lucro).
 - 82% para Estado: 18% regalia e participações; 32% imposto (direto) sobre hidrocarbonetos; 32% de participação adicional para YPFB.
2. Campos com produção média menor que 3 MM m³/d:
 - permanece como está, e além disso:
 - Ministério de “*Hidrocarburos*” determinará por auditoria os investimentos, custos e retornos realizados até o momento em cada campo;

⁴Disponível em: http://www.ypfb.gov.bo/documentos/DS_28701.pdf. Acesso em janeiro de 2010.

- Resultados da auditoria servirão para YPFB determinar a remuneração definitiva;
- O Estado assume controle da direção da produção, transporte, refinação, estocagem, distribuição, comercialização e industrialização;
- Transfere-se gratuitamente para YPFB as ações que formavam o Fundo de Capitalização Coletiva das empresas Chaco, Andina e Transredes. Estado se responsabiliza pelo pagamento equivalente aos dividendos dessas ações.

Portanto, exatamente uma década após abrir o setor de hidrocarbonetos a investimentos transnacionais, o Estado boliviano “vira a mesa” e inverte a sua participação na renda do setor petrolífero. Na Figura 01 estão sendo ilustrados os novos números de participação estatal na Exploração e Produção (E&P) de hidrocarbonetos na Bolívia.

MARCO LEGAL	PARTICIPAÇÃO NA RENDA GERADA NA E&P DE HIDROCARBONETOS (CAMPOS ACIMA DE 100 MILHÕES DE CF/D)	
	COMPANHIAS ESTRANGEIRAS	ESTADO BOLIVIANO
LEI DE HIDROCARBONETOS 1.689 DE 30/04/96	82%	18%
LEI DE HIDROCARBONETOS 3.058 DE 17/05/05	50%	50%
DECRETO SUPREMO 28.701 DE 01/05/06	18%	82%

Figura 01 – Participação estatal na exploração de hidrocarbonetos na Bolívia.

CAPÍTULO 2

IMPORTAÇÃO DO GÁS BOLIVIANO, MERCADO INTERNO BRASILEIRO DE GÁS E PETROBRAS NA BOLÍVIA

2.1. O GASBOL

2.1.1 Estabelecimento de contrato

A utilização do gás natural no Brasil deu-se a partir de 1940, no Recôncavo Baiano, mas logo se ampliou para o eixo Rio-São Paulo, por causa da produção na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. No início da década de 1980 o gás natural representava 0,9% em relação à matriz energética nacional, passando para 3,1% no início dos anos 90, alcançando em 2000 a participação de 5,4%, com a entrada do Gasoduto Bolívia-Brasil, denominado Gasbol.

O contrato de compra e venda entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e a Petrobras, foi assinado em 1996 (este foi o último Aditivo ao contrato inicial de 17/02/1993), onde o primeiro havia se comprometido a vender e o segundo a comprar, em regime de *take-or-pay* (os contratos firmados entre as empresas do Gasbol obedecem este regime, o que significa que a Petrobras deve pagar o gás contratado, seja ele usado ou não). No gráfico 01, apresenta-se a quantidade de gás enviada pela Bolívia ao Brasil: somente em 2006 chegou-se perto dos 30 milhões de m³/dia.

Movimentação x Capacidade Gasbol x Obrigação ToP – 1999 a 2007

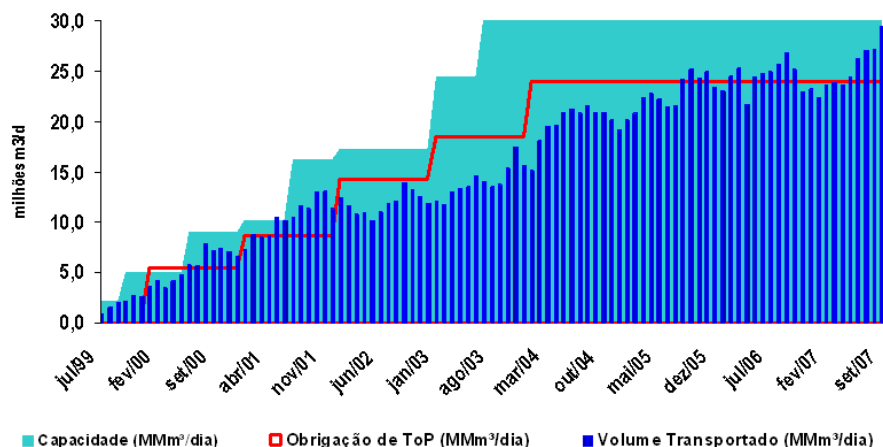


Gráfico 01 – Gás enviado por meio do gasoduto da Bolívia para o Brasil ao longo do período 1999 a 2007.

Fonte: Petrobras: apresentação da Diretora de Gás e Energia, Graça Foster, no Senado, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, em 20/11/2007.

Em face de o mercado brasileiro apresentar-se incipiente na época do acordo sobre a contratação do gás boliviano, é interessante a observação do professor Bandeira (FSP, 12/05/2008, Dinheiro):

“A construção do gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil estava na agenda diplomática desde o Tratado de 1938, renovado pelos Acordos de Roboré (1958). O presidente Ernesto Geisel esquivou-se de cumprir o compromisso, pois julgava a Bolívia um país muito instável e não cria que houvesse tanto gás. Foi Fernando Henrique Cardoso, como chanceler, que induziu o relutante presidente Itamar Franco, em 1993, a determinar a construção do gasoduto, com 3.000 km, passando pelo Pantanal. E, desde sua conclusão, no governo de FHC, o Brasil passou a importar o gás da Bolívia”.

Mesmo sem mercado para o referido produto boliviano o contrato estabelecido levou a Petrobras a comercializá-lo com pouca ou nenhuma margem de lucro, no intuito de criar uma demanda interna para este combustível. Tal fato implicou em sérios riscos à estatal brasileira, que, por implicação contratual, teve que assumir as atividades de transporte e compra do gás da Bolívia.

Em relação à extensão, o gasoduto - Gasbol - tem aproximadamente 3.150 km, sendo 2.593 em solo brasileiro e 557 km em território Boliviano. Parte de Rio Grande, na Bolívia, e alcança o lado brasileiro em Mato Grosso do Sul (Puerto Suarez-Corumbá). A partir daí o traçado segue em direção ao leste, chegando até Campinas, São Paulo. Deste ponto em diante o gasoduto divide-se em dois ramais e chega até Guararema/SP, onde se interliga com a malha de dutos do sistema Petrobras (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); o segundo ramal parte em direção ao sul até Porto Alegre, RS.

Para construir o gasoduto, foram criadas duas companhias: a Gas Transboliviano S.A. – GTB (pelo lado boliviano) e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A – TBG, pelo lado brasileiro. Ambas tinham como sócios a Petrobras, a BBPP Holdings Ltda, formada pela *Broken Hill Proprietary Company* - BHP, *El Paso Energy* e *British Gas Americas Inc.*; a Enron (Bolívia) C.V.; a Shell e Fundos de Pensão Bolivianos. As participações acionárias das duas empresas são apresentadas na tabela 01 a seguir.

TBG			GTB		
SÓCIOS		%	SÓCIOS		%
GASPETRO	–	51	GASPETRO	–	9
PETROBRAS GAS AS			PETROBRAS GAS AS		
BBPP	HOLDINGS	29	BBPP	HOLDINGS	6
LTDA			LTDA		

ENRON	7	ENRON	30
SHELL	7	SHELL	30
FUNDOS DE PENSÃO BOLIVIANOS	6	FUNDOS DE PENSÃO BOLIVIANOS	25

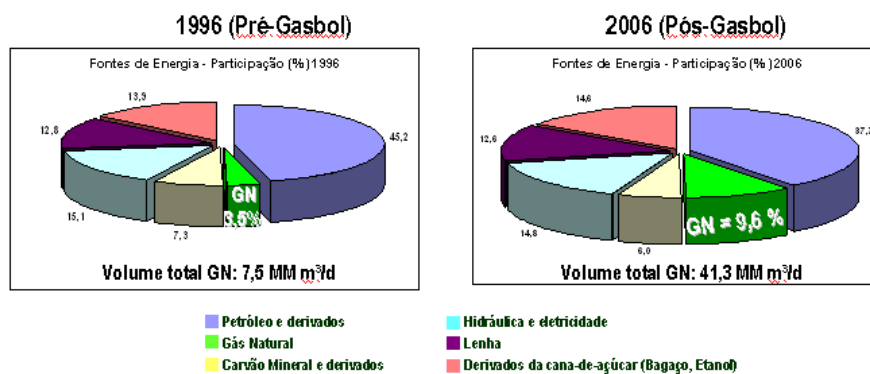
Tabela 01 - participações acionárias da TBG e GTB Fonte:TBG

O Gasbol foi inaugurado em 1999, sendo o gás importado inicialmente voltado para atender quase que totalmente o parque industrial, mas o déficit de energia possibilitou instalar termelétricas ao longo do gasoduto em vários Estados.

A construção do Gasbol entre 1997 e 2000, que partiu da Carta de Intenção de Integração Energética Bolívia-Brasil assinada em 1991, disponibilizou o gás boliviano para o consumidor brasileiro, mas a partir desse empreendimento a Petrobras passou a operar na totalidade da cadeia produtiva e comercial do gás (produção, compra e venda).

No período pré Gasbol, exatamente em 1996, a participação do gás natural na oferta energética do país era de 3,5% (gráfico 02), enquanto o petróleo e derivados atingiam a marca de 45,3%. Já em 2006, o gás natural passou a representar 9,6% na oferta interna de energia, com produção total de 41,2 MM m³/dia, ante 7,5 MM m³/dia em 1996.

GN na oferta interna de energia



1999 – início da operação do trecho NORTE do GASBOL

2000 – início da operação do trecho SUL do GASBOL

Gráfico 02 - Participação do Gás na matriz energética brasileira em dois períodos

Fonte: Balanço Energético Nacional 2007 – MME.

Vale lembrar também que o gás com destino aos consumidores tem sua distribuição garantida pelas companhias estaduais, como determina a Constituição Brasileira. Por isso, vários contratos foram assinados com a COMGAS (SP), MSGAS (MS), SULGAS (RS), COMPAGAS (PR), SC GÁS (SC), CEG (RJ). A figura 02 mostra em azul o trecho do Gasbol na parte brasileira e a indicação ilustrativa das Companhias estaduais de gás.



Figura 02 - Traçado do Gasbol e localização das companhias estaduais de Gás

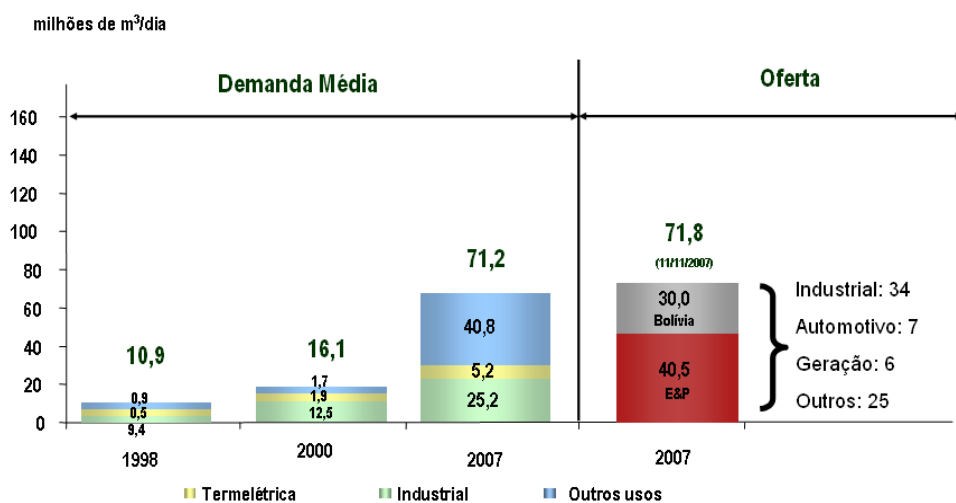
Fonte: Petrobras

2.2 O mercado de gás natural no Brasil

2.2.1 Demanda e oferta de gás

O uso do gás vem permanentemente crescendo ao longo dos anos, pois esse combustível tem alta capacidade energética e nível de poluição menor, além de oferecer preços competitivos. Aos poucos, foi-se criando um mercado interno. Conforme dados da Petrobras, a indústria demandava em 2007, 35,39% de toda a demanda do país; as térmicas consumiam 7,3%; o uso veicular, residencial/comercial, refinarias e plantas de fertilizantes, alcançavam o percentual de 57,3% de toda a demanda nacional (gráfico 03).

Oferta e Demanda de GN no mercado brasileiro



(1) Outros usos: veicular, residencial/comercial, refinarias e plantas de fertilizantes

Gráfico 03 – Oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro

Fonte: Petrobras: apresentação da Diretora de Gás e Energia, Graça Foster, no Senado, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, em 20/11/2007.

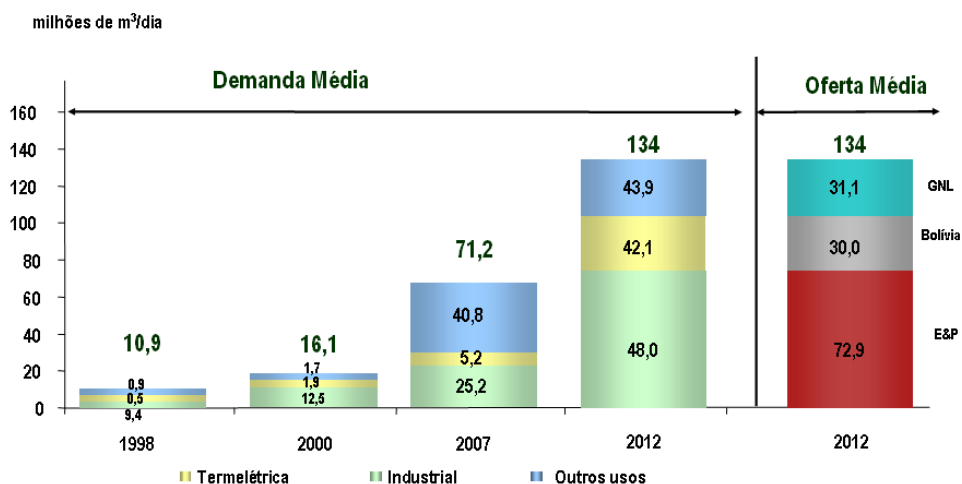
Pelo lado da oferta, verifica-se que a Bolívia contribui com quase 42% do gás que chega por meio do Gasbol. De qualquer forma, vê-se que a oferta e a demanda estão equalizadas. Porém, este equilíbrio é totalmente dependente do gás boliviano, para manter a demanda nacional atendida.

É de 75% o total do gás consumido no estado de São Paulo e abastecido pelo gás que vem da Bolívia. Este atende ainda integralmente aos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ainda segundo dados da Petrobras, a demanda e a oferta de gás natural até 2012 necessitarão do gás boliviano para atender ao mercado nacional (gráfico 04), uma vez que este combustível representará naquele ano 22,38% da oferta nacional. Em cinco anos, portanto, a oferta do gás da Bolívia diminuirá 20%, mas permanecerá importante para a demanda brasileira.



Oferta e Demanda de GN no mercado brasileiro



(1) Outros usos: veicular, residencial/comercial, refinarias e plantas de fertilizantes

Gráfico 04 - Oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro - 2012

Fonte: Petrobras: apresentação da Diretora de Gás e Energia, Graça Foster, no Senado, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, em 20/11/2007.

A demanda e oferta totais tendem a continuar equilibradas em 134 milhões de m³/dia, haja vista que o consumo da indústria praticamente ficará inalterado, estimado em responder por 35,82%, aumentando somente 0,43% de 2007 para 2012.

Todavia, a previsão de consumo das termelétricas subirá para 31,41% e o uso veicular, residencial/comercial, refinarias e plantas de fertilizantes, reduzirá o consumo para 32,76%, diante da maior quantidade a ser ofertada em 2012.

Os dados apresentados indicam que para a atual demanda brasileira, o gás natural da Bolívia é imprescindível para o Brasil, pois marca 42% de nosso consumo e representará, conforme estimativa da Petrobras, mais de 22% em 2012. Apesar das grandes e significativas descobertas feitas pela Petrobras, no curto prazo, não existe alternativa mais barata para viabilizar o suprimento deste combustível importado.

Assim sendo, a importação de gás boliviano detém relevância para o Brasil no contexto atual, pois sua utilização permite a redução de custos para algumas empresas, garante a diversificação da matriz de geração de energia elétrica e ajuda a reduzir a emissão de poluentes ambientais. Pelo lado da Bolívia, a exportação de gás para o Brasil é fundamental, pois garante mercado para 30 milhões de m³/dia, que em termos de arrecadação, representa em torno de 24% do total da tributação anual daquele país (2006); tais recursos são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da Bolívia, que é um dos países com menores taxas de desenvolvimento da América do Sul.

2.3 Petrobras na Bolívia

A Petrobras Bolívia, que foi criada no final de 1995 firmou-se como a maior empresa boliviana em menos de dez anos e, de acordo com seu Plano Estratégico, atuou no sentido de integrar os mercados de gás natural e energia no Cone Sul.

No período 1996/2005, os investimentos desta Companhia e parceiros em diversos projetos atingiram a quantia de US\$ 1,5 bilhão, o que representa aproximadamente 18% do PIB boliviano e foi responsável por 24% da arrecadação de impostos em 2005, totalizando a quantia de US\$ 536 milhões (gráfico 05). No que se refere a investimentos diretos, a Petrobras Bolívia foi responsável por 20% do total investido na Bolívia.



Gráfico 05 – Arrecadação da Bolívia - 2005

Fonte: Petrobras em 03/05/2006, RJ.

A estatal brasileira atuava também no sistema de transporte de dutos; em unidades de processamento de gás natural; refino; unidades lubrificantes e distribuição de derivados. A Companhia brasileira atingiu com suas atividades exploratórias seis dos nove Estados bolivianos, inclusive, os campos gigantes de San Alberto e San Antonio, no sul da Bolívia.

Por meio da sua controlada na Bolívia (Petrobras Bolívia Refinación S.A – PBR) a Petrobras Bolívia respondia pela operação das duas maiores refinarias deste país (Gualberto Villaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de La Sierra, produzindo 40 mil barris diários de petróleo, em média; atendendo a demanda total boliviana em gasolinas, especial e Premium; 100% da demanda de gasolina de aviação e querosene, e por mais de 70% da procura por óleo diesel, consolidando seu papel de líder do mercado de combustíveis na Bolívia. Através da Petrobras Bolívia Distribución S.A. – PEBD, são comercializados os combustíveis das duas refinarias e produtos da linha Lubrax (Cochabamba). Além de comercializar asfalto e parafinas.

Em referência a postos na Bolívia, a Petrobras detinha mais de 100 unidades, das 400 existentes no país. Em 2001, houve a troca para a bandeira Petrobras, com a inclusão de serviços inerentes a sua rede de postos, o que passou a ser um grande atrativo para os bolivianos, já que os postos deste país eram desprovidos de atrativos.

Em 2005, a produção de óleo da Petrobras na Bolívia foi de 8,5 mil bpd (barris por dia). A produção de gás natural alcançou 7,75 milhões de m³/dia. Chegavam ao Brasil, por meio do Gasbol, 22,9 milhões de m³/dia de gás.

CAPÍTULO 3

A INTERNALIZAÇÃO DA CRISE DO GÁS BRASIL X BOLÍVIA: O NOTICIÁRIO NO MÊS DE MAIO DE 2006 E A REPERCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

3.1 A mídia impressa no mês de maio de 2006: Folha de São Paulo e O Globo

A partir de 02 a 31 de maio de 2006, visto que o Decreto boliviano foi de 1º de maio, a Folha de São Paulo apresentou diversas notícias sobre a crise Bolívia X Brasil, por meio de editoriais, colunistas e reportagens afins. A Folha de São Paulo deu nove manchetes principais de primeira página, isto é, nove dias, de um total de treze matérias de primeira capa nos trinta dias seguidos após o decreto boliviano.

O jornal carioca O Globo, pôs quatorze matérias de capa, mais quatro charges de primeira página de Chico Caruso nos mesmos trinta dias.

O Editorial do dia 02/05 do referido jornal paulista, intitulado “Bolívia: Ame-a ou deixe-a”, afirma que o presidente Morales saiu da “fase das ameaças” para “confiscar 82% do valor da produção para o governo”. A colunista Eliane Cantanhêde exagera: “É guerra!”, clama a chamada de sua coluna deste dia, enquanto o presidente José Sérgio Gabrielli, em viagem aos EUA, afirmou que “a Petrobras tomará todas as medidas que forem necessárias para preservar seus direitos (FSP, 02/05/06, Dinheiro).

De um modo geral, o noticiário coloca o Decreto Supremo como uma surpresa para o Brasil. Porém, o governo brasileiro sabia da nacionalização iminente da produção de petróleo e gás bolivianos, não sendo apenas informado do dia previsto. Além disso, foi advertido ao governo brasileiro que o abastecimento de gás para o Brasil estaria assegurado (FSP, 04/05/06, Janio de Freitas). A nacionalização do setor petrolífero foi uma promessa de campanha do presidente Evo Morales, além

de motivo para várias mobilizações populares na Bolívia, inclusive com pressão suficiente para renúncia de presidentes bolivianos.

Outra notícia assaz difundida pelos jornais foi a tomada de uma instalação da Petrobras pelo Exército boliviano, de forma que abriu conjecturas, para alguns exaltados, de uma ação armada do Exército brasileiro em território da Bolívia. Na verdade, naquele momento, faltava ao governo e à imprensa, maiores esclarecimentos para analisar melhor a situação.

Já no segundo dia após a publicação do Decreto, a reportagem de Denyse Godoy, informava que o *“mercado financeiro praticamente ignorou ontem a crise na Bolívia e manteve o tom otimista”* (FSP, 03/05/06, Dinheiro). O mercado financeiro não se moveu negativamente em relação à estatal brasileira, porque o país vizinho representava em 2006 menos de 0,5% da receita total da Petrobras, ou seja, uma importância considerada mínima. Além do mais, sabia-se que não haveria desabastecimento, haja vista que a Bolívia não teria como exportar seu gás, no curto prazo, para outros mercados, uma vez que do total explorado, ocorria à exportação de aproximadamente 75% da produção do seu gás para o Brasil. Do restante, 15% eram destinados à Argentina e 10% abasteciam seu mercado interno. Portanto, o temor da falta de gás era incorreto, pois a Bolívia precisava vender o seu produto.

Acrescentando calor à disputa política daquele instante, fundamental notícia foi revelada por um colunista da Folha que disse *“ver alguns políticos de oposição salivando diante da estripulia autóctone promovida pela Bolívia. Vai ser o apagão de Lula, dizem”* (FSP, 03/05/06, Fernando Rodrigues). A desinformação da grande maioria dos parlamentares sobre o assunto levou um número significativo de congressistas a repetirem e propagarem notícias veiculadas nos diversos jornais. Não se pode esquecer que em maio de 2006 o presidente Lula já estava em campanha pela sua reeleição. Pode-se supor, portanto, que para a oposição, o gás da Bolívia (a nacionalização das reservas) era somente combustível político para tentar desqualificar o presidente brasileiro, como governante incapaz de combater uma crise com o país vizinho. A campanha presidencial provocou a subida do tom em acusações. Por esse mesmo motivo, parte da mídia, que não era favorável a um

segundo mandato do Presidente Lula, tentou transmitir para a sociedade brasileira, que o presidente da Venezuela estaria por trás da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, associando a imagem do presidente brasileiro à de Hugo Chávez.

Não se pode deixar de frisar, que o presidente Evo Morales estava com a campanha para a Assembléia Constituinte boliviana marcada para 2 de julho de 2006, e que é plausível admitir que a publicação do Decreto Supremo da Bolívia em 1º de maio daquele ano fazia parte de sua estratégia de intensificar a sua política nacionalista, de forte apelo eleitoral naquele país.

A coluna da Mirian Leitão registrou que “Era previsível”, sugerindo que a principal promessa de campanha eleitoral do Evo Morales foi a nacionalização dos hidrocarbonetos e, acrescentou, que a Petrobras acreditava que não seria atingida por se achar “grande demais” (O Globo, 02/05/06, Economia). Reportagem de Eliana Oliveira e Mônica Tavares salientou também o ponto de campanha do boliviano (O Globo, 02/05/06).

A Folha de São Paulo, até o dia 05/05/06, tinha divulgado 50 matérias nas suas diversas seções. Para quem não tem conhecimento de como funciona o mercado de gás entre o Brasil e Bolívia, e precisa sair falando qualquer coisa contra o governo, como a maioria dos parlamentares oposicionistas, cinco dezenas de farto material jornalístico, em apenas quatro dias, em um único um jornal, denota uma intenção explícita de parte da mídia brasileira. Este fato mostra claramente como a mídia pauta o discurso e as posições de parte dos congressistas brasileiros.

A tentativa da Bolívia em aumentar o preço do gás, também tomou bastante espaço nos jornais. Novamente a desinformação e as opções políticas de parte da mídia acabam promovendo novas discussões. A imprensa destacou o desejo da Bolívia em aumentar o preço do gás exportado ao Brasil e usou esta informação, de forma negativa, para desgastar o governo brasileiro, criando uma expectativa nos leitores de que haveria necessariamente o referido aumento. Contudo, o contrato entre Brasil e Bolívia estabelece que o aumento do gás importado pelos brasileiros é regido por uma cesta de óleos combustíveis, com reajuste trimestral, e que a cada

cinco anos os termos desse assunto podem ser modificados. O fato dos bolivianos pretenderem aumentar o preço do gás, não significou de pronto a concordância automática da Petrobras, ao contrário, à estatal brasileira restou defender as cláusulas do contrato em vigor. Além disso, até aquele momento, o preço do gás importado pela Petrobras já havia subido em 307% desde o início da operação do gasoduto, em 1999, superando, inclusive, a alta do petróleo, que no mesmo período avançou em 250%.

Outro ponto de intensa discussão foi também provocado pela propalada integração latino-americana. Em editorial, intitulado “As ilusões perdidas”, a Folha afirmou que “*o Brasil não pode sustentar a sua política externa numa rede de solidariedade retórica, em nome de uma vaga idéia de unidade sul-americana*” (FSP, 13/05/06, Opinião). Este editorial defendia, ainda, que o Brasil deveria agir “*com a firmeza de quem tem a seu favor o tamanho do mercado consumidor, do qual depende o PIB boliviano...*”.

A política externa do governo Lula tem especial atenção do Palácio Itamaraty, visto que ela apresenta uma agenda de aproximação com os países sul-americanos, apesar do preconceito de determinada visão econômica contra países subdesenvolvidos. No entanto, a opção em intensificar o intercâmbio econômico na América do Sul, garantiu vantagens econômicas ao Brasil: entre 2003 e 2005, o saldo na balança comercial brasileira ante os países vizinhos da América do Sul foi positivo em US\$ 19 bilhões, ou seja, gerou-se um superávit apenas um pouco menor que o obtido nas transações comerciais com USA (US\$ 25,5 bilhões), e União Européia (US\$ 21,9 bilhões).

Mas frise-se, que a política externa é ramo da política e não somente do comércio e, por isso, não se deve medir essa opção externa apenas sob a ótica comercial, pois o interesse estratégico na relação internacional abarca políticas deste tipo, mas, também, de solidariedade, culturais e tecnológicas. O Brasil tem interesse na integração sul-americana e tem capacidade para liderar essa união, contudo, o

reconhecimento da soberania boliviana é fulcral para a reciprocidade de respeito entre as nações.

3.2 A repercussão no Congresso Nacional

O aparato midiático provê informações, investigações de caráter jornalístico, acentua o ritmo de debates na opinião pública e também atua como instrumento de controle dos três poderes políticos. Não obstante, há diversos problemas que norteiam a atuação dos meios de comunicação, dada a sua atuação no que tange às projeções de imagens públicas. Eis então, que conforme Miguel apregoa, “uma das funções mais importantes entre as desempenhadas pela imprensa é a chamada “formação da agenda pública – *agenda setting* (Miguel, 2007, p. 408) – isto é, a escolha das questões que vão mobilizar a opinião pública”.

Com ênfase na relação mídia x política, a hipótese *agenda setting* é um instrumento cuja atuação se dá com bastante veemência. À medida que os profissionais da mídia determinam a agenda do público, seguindo uma linha prioritária, a imagem pública de uma instituição ou de um político é projetada pela maneira como determinados eventos ou fatos reais são difundidos publicamente. Vale dizer que os meios de comunicação detêm grande responsabilidade no que se refere às percepções populares dos principais eventos e dos temas da política.

Diante dessa interferência da mídia no ambiente político, bem como das projeções de cunho político na sociedade, convém mencionar a forte capacidade que as notícias veiculadas na mídia têm em influenciar os debates no Congresso Nacional, de modo que os congressistas, de maneira semelhante aos indivíduos comuns, também sejam influenciados pelas notícias. Todavia, a relação entre mídia e políticos também pode ocorrer no sentido oposto, ou seja, os políticos também podem vir a influenciar a agenda pública mediante os meios de comunicação de massa. De modo geral, nesta circunstância os motivos do feito visam atender primeiramente aos interesses dos políticos.

Por fim, tem-se a situação na qual a relação de interesse entre a mídia e os políticos é dita recíproca, caso este em que a “espetacularização” da notícia norteia os interesses de ambas as partes.

Diante de um contexto que pode ser considerado como “espetáculo midiático”, merece destaque a figura do *poder simbólico*, o qual se origina nos escândalos políticos amplamente divulgados pela mídia e que conforme mencionado por Bordieu (1989, p. 189) tem “... a capacidade de intervir nos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos mediante a produção e a transmissão de formas simbólicas”. Isto é, o resultado de todo o processo dinâmico de seleção de fatos e das notícias no ambiente de mídia pode estar intimamente associado ao atributo de um político, bem como sua reputação, ambos relacionados ao capital simbólico do político.

No que se refere ao escândalo político midiático, conforme Lima (2006), ele se configura como um evento que implica a revelação, por intermédio da mídia, de atividades capazes de gerar e influenciar uma seqüência de ocorrências posteriores. De forma ilustrativa, pode-se citar o polêmico embate político-econômico traçado entre a Bolívia e o Brasil, no caso da estatização das refinarias da Petrobras pelo governo boliviano, cuja influência no Poder Legislativo Federal, e a repercussão na opinião pública, seguiram a mesma grandiosa amplitude dada pela mídia em contradição com a dimensão econômica do negócio, representada pelos investimentos da estatal brasileira.

É importante salientar que discussões sobre a política externa brasileira deveriam ocupar mais espaço na agenda política do país, pois como aponta Neves (2006, p. 376-377), mesmo com o fim da guerra fria e a aparição de novos temas internacionais essa discussão é pequena, não condiz com a importância que as relações internacionais tomaram na pauta política recente do Brasil.

Afirma ainda o autor que “há o relativo desinteresse dos representantes políticos brasileiros sobre as questões internacionais, que é inversamente proporcional à repercussão destas em debate eleitoral” (op. cit.).

3.2.1 Câmara dos Deputados

A Bolívia não aparecia como tema de proposições legislativas na Câmara Federal desde 2003, quando o deputado João Grandão (PT-MS) apresentou uma Indicação (INC) de nº 1215/03, para sugerir ao Ministério das Minas e Energia que a Petrobras estendesse um ramal do Gasbol ao Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Somente com a crise do gás, em decorrência da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, apareceram vinte e duas matérias legislativas em 2006, sendo: dezoito requerimentos propondo a realização de audiências públicas para discutir a crise Brasil/Bolívia; outro requerimento com proposta de formação de Comissão Externa para acompanhar as negociações entre os países envolvidos, mais um requerendo Moção de repúdio contra o governo boliviano pela atitude unilateral de nacionalização do óleo e gás de seu país; um requerimento de informação sobre investimentos da Petrobras na Bolívia e uma Proposta de Fiscalização e Controle para fiscalizar os contratos entre a estatal brasileira e a YPFB.

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com dez proposições, e a Comissão de Minas e Energia, com seis, representaram 72,7% das matérias apresentadas (tabela XX). 83,33% referem-se ao assunto audiência pública (quinze proposições). Os políticos interessados na exploração da discussão sobre o referido assunto se apressavam com seus requerimentos no intuito de serem os primeiros autores a apresentarem demandas legislativas nas Comissões. Nesse afã, os deputados Paulo Feijó (PSDB-RJ) e Antonio Pannunzio (PSDB-SP), apresentaram quatro requerimentos de mesmo teor, com uma única diferença: enquanto o primeiro convocava seus personagens para a participação nas audiências, o segundo os convidava. Porém, até na justificativa da solicitação os requerimentos eram de iguais teor.

Em referência aos requerimentos para realização de audiências públicas, quinze proposições apresentadas, ou 83,3%, são de autoria de deputados de oposição, enquanto três, 16,6% de membros do governo. Outro destaque a ser apresentado é que das vinte e duas matérias legislativas apresentadas em 2006, quatorze, ou 77,7%, tem data de apresentação no mês de maio.

Contudo, a Petrobras, na figura do seu presidente José Sérgio Gabrielli, participou em 2006 de duas audiências públicas: a primeira no dia 16/05/06, reunindo as Comissões de Minas e Energia (CME), Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR). A segunda no dia 06/12/06, em audiência conjunta da CME e CREDN. Em ambas para tratar mais detalhadamente sobre a referida crise do gás.

PROPOSIÇÃO	CME	CREDF	CAIDR	CDEIC	MESA DA CÂMARA	TOTAL
Requerimento (audiência Pública)	6	09	01	02		18
Requerimento de Informação	-				01	01
Proposta de Fiscalização e Controle	-				01	01
Requerimento (Moção de repúdio)		01				01

Requerimento (Comissão Externa)					01	01
TOTAL	6	10	01	02	03	22

Tabela 02: Número de proposições legislativas apresentadas na Câmara de Deputados

Com referência ao Jornal da Câmara, nas vinte e uma edições publicadas no mês de maio de 2006, após o anúncio do decreto boliviano, a partir do dia 3, em oito a crise do gás foi matéria de capa e em nove dias foram registradas reportagens internas sobre esse assunto.

No Plenário da Câmara, os deputados, mormente os de oposição, emitiam palavras que ressoavam dos jornais do dia 02 de maio. Como o desconhecimento da crise era efetivo, pois faltavam informações concretas para se analisar corretamente o episódio, a leitura dos jornais basearam os discursos parlamentares. Sobrava exploração política no sentido de desgastar o governo eleitoralmente, como na notícia de que haveria falta de gás. Desabastecimento de gás naquele momento significava que 75% do consumo de São Paulo por esse combustível, mais a região sul do país, os quais ficariam desprovidos do gás boliviano. Uma exploração desse tipo, faltando um mês para as convenções que definiriam os candidatos a Presidente da República, só interessava à oposição, para poder desgastar o governo que havia decidido ir à reeleição. A Bolívia sequer poderia enviar seu gás para outro país, na quantidade ofertada ao Brasil, já que 75% desse produto eram consumidos pelos brasileiros.

O deputado J. Carlos Aleluia (DEM-BA) bradou que “estamos reféns da loucura do governo da Bolívia” (Jornal da Câmara, 03/05/06), num discurso que refletia as eleições vindouras. O deputado pefelista alagoano Thomaz Nonô, disse que as autoridades brasileiras eram incompetentes “por não se anteciparem à decisão do presidente Morales” (Jornal da Câmara, 04/05/06). Mendes Thame, deputado pelo

PSDB de São Paulo, querendo imprimir um caráter eminentemente político, discursou acreditando “na existência de uma combinação entre os chefes das duas nações (Brasil e Bolívia, quis dizer), auxiliados pelo presidente Hugo Chávez, para que terminadas as eleições parlamentares na Bolívia, o presidente Morales revogasse a decisão, colaborando para reforçar a reeleição do presidente Lula” (Jornal da Câmara, 04/05/06).

Embalados por várias manchetes de primeira página nos primeiros dias de maio de 2006 que exploravam a crise do gás na Bolívia, vários deputados fizeram 111 pronunciamentos até o dia 10/05/06, representando 88,8% dos discursos no mês. Na segunda quinzena as notícias foram se arrefecendo, até por conta de informações mais qualificadas sobre o imbróglio em referência, e amenizou definitivamente quando o presidente da Petrobras afirmou em audiência pública do dia 16/05/06, que mesmo com os efeitos do decreto boliviano, ainda dava lucro continuar explorando o óleo e o gás da Bolívia, e que iria defender os interesses da Petrobras em todas as instâncias.

3.2.2 Senado Federal

Foram apresentadas cinco matérias legislativas no Senado da República. Um requerimento solicitando formação de Comissão Externa para acompanhar as consequências da crise do gás boliviano, outro para requerer audiência pública para discussão sobre a “expropriação da Petrobras”, um terceiro solicitando o registro nos anais do Senado sobre editorial do Estado de São Paulo, intitulado “A Capitulação do Planalto”, que criticava a postura do governo diante das ações tomadas pela Bolívia. O senador Jeferson Peres (PDT-AM) apresentou requerimento solicitando um voto de censura ao Presidente da República; e a quinta proposição requeria também Comissão de Representação Externa para acompanhar as negociações entre o governo brasileiro e boliviano.

Porém, em relação aos pronunciamentos, foram 126 durante o ano de 2006 referindo-se à crise e, deste total, 65,87% (83) no mês de maio, sendo 27 proferidos

pela base do governo (21,43%) e 99 criticando o governo (78,57%). O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) proferiu quatorze pronunciamentos sobre a nacionalização do gás boliviano, sendo que em onze deles solicitou a transcrição de alguma matéria vinculada à mídia impressa (09), ou na internet (01), ou revista semanal (01). Sibá Machado (PT-AM) se pronunciou oito vezes sobre esse mesmo assunto, e em uma dessas vezes, solicitou a transcrição de matéria jornalística. Dos 126 pronunciamentos, em 40,47% foi pedido o registro de alguma notícia veiculada na mídia nos anais do Senado. Nos demais discursos, somente variações dos falatórios anteriores, sem nenhuma novidade.

O Jornal do Senado noticiou a crise Brasil/Bolívia em onze das vinte e duas edições do mês de maio, contando a partir de 03/05/06. Em oito dias foi matéria de primeira página deste veículo de imprensa. Mesmo com o esclarecimento do Líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), de que não haveria risco de desabastecimento de gás, parlamentares como Artur Virgílio e Álvaro Dias refletiam bem os editoriais dos principais jornais do país e criticaram bastante a política externa brasileira, até porque o governo Lula apresentava boa avaliação nesse item, sendo então uma oportunidade para a oposição inferir negativamente a este governo uma imagem de que o presidente brasileiro “amarelou”, como afirmou o senador Artur Virgílio em discurso (Jornal do Senado, 05/05/06). O mesmo senador usou esse termo para disparar uma crítica exigindo que a diplomacia brasileira fosse mais “firme” contra a Bolívia.

A Petrobras participou de uma audiência pública no primeiro semestre, através de seu presidente, para falar sobre as negociações entre a estatal brasileira e o Estado boliviano, explicitando que mesmo com as medidas adotadas pela Bolívia, a empresa achava que ainda valia a pena continuar explorando os negócios relativos a óleo e gás com o país vizinho.

3.3 Como o episódio afetou a imagem da Companhia brasileira

A nacionalização da produção de óleo e gás na Bolívia impactou a imagem da Petrobras. Segundo a Máquina⁵, em levantamento realizado para a Petrobras, as notícias sobre a estatal brasileira aumentaram em quase 40% no mês de maio. O IDM Brasil⁶ atingiu -35%, posicionando a empresa estatal na zona de alerta no relacionamento com a imprensa, conforme gráfico 06.

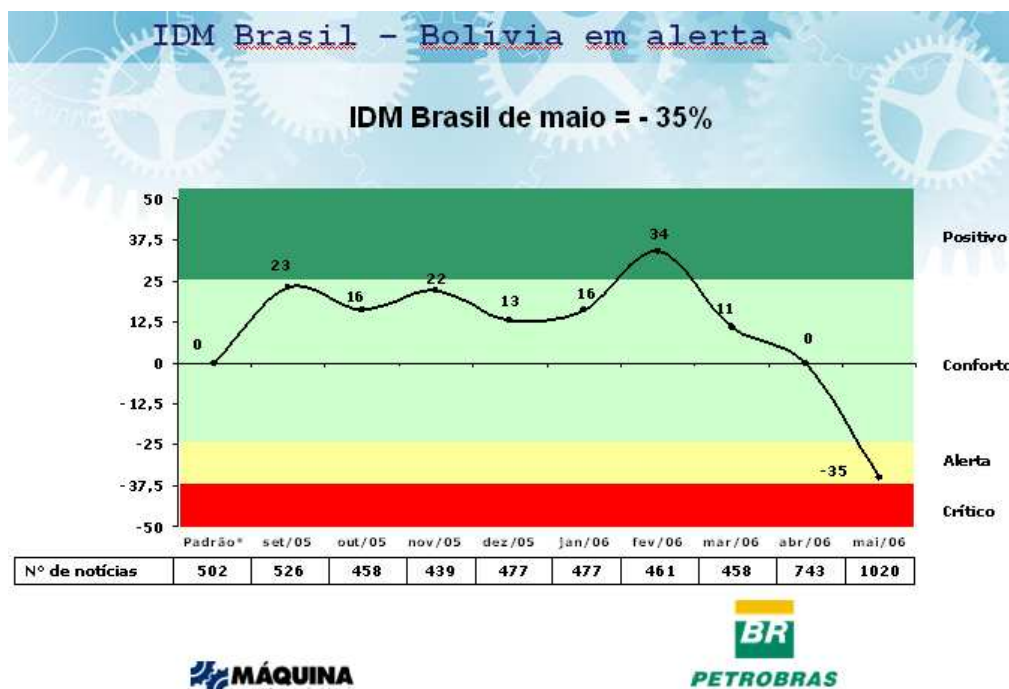


Gráfico 06 – IDM Brasil – maio 2006

Fonte: Máquina

⁵ Trabalho executado pelo Núcleo de Produção de Conteúdo e Editorial do Grupo Máquina Comunicação Corporativa Integrada, para a Petrobras, com base na análise dos seguintes veículos: Nacionais: O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Valor Econômico, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Veja, IstoÉ, IstoÉ Dinheiro, Época, Exame, Carta Capital. Maio de 2006.

⁶ **IDM – ÍNDICE DE DESEMPENHO NA MÍDIA** - é a metodologia usada pela Máquina da Notícia para avaliar a exposição global de imagem da Petrobras. Características da ferramenta: a) foco na análise qualitativa da exposição de mídia; mais do que avaliar o volume, o objetivo é medir o quanto cada citação agrega à imagem da companhia; b) analisa 6 critérios diferentes que compõem a notícia; c) foi desenvolvido em cima de pesquisas junto a formadores de opinião e em parceria com empresa especializada em estatística.

Nesse mesmo mês, foram 1.020 registros de notícias sobre a Petrobras. As negativas subiram em 7% em relação a abril do mesmo ano, enquanto as positivas tiveram uma redução de 6% no mesmo período, marcando 61% (gráfico 07).

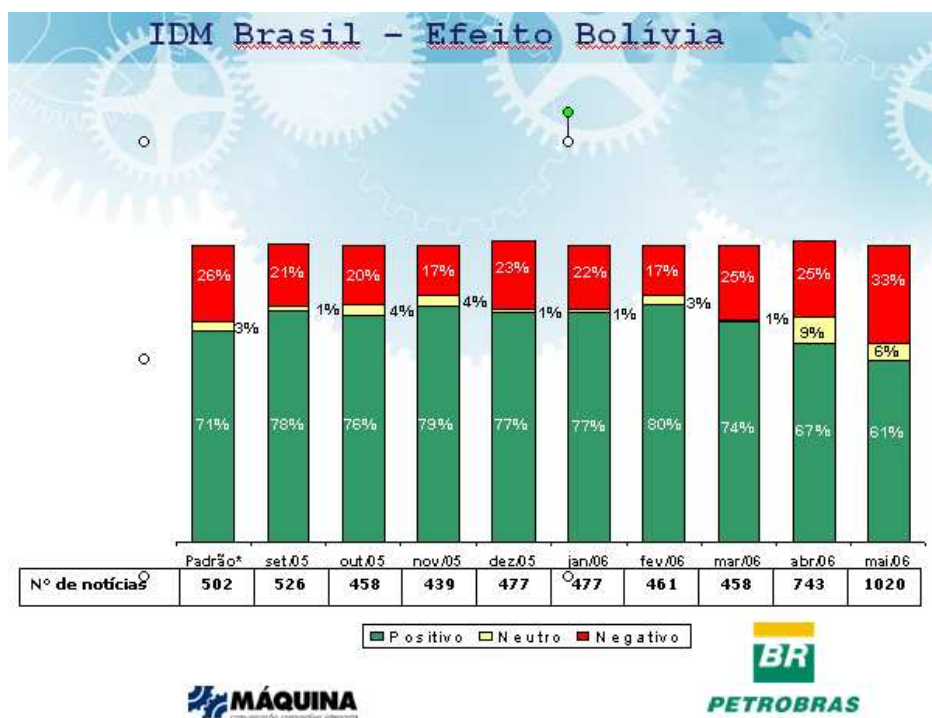


Gráfico 07 – Quantitativo de notícias positivas e negativas sobre a Petrobras

Fonte: Máquina

À medida que a Petrobras foi tomando providências no sentido de negociar com a Bolívia, o valor da notícia⁷ da companhia foi reagindo no decorrer de maio de 2006, como mostra o gráfico 08. Este mesmo gráfico mostra que pesou a ponderação do presidente José Sérgio Gabrielli, que em Nova Iorque reiterou que o impacto da nacionalização boliviana era muito pequeno.

⁷ O Valor da Notícia – VN, depende de vários fatores tais como: Veículo (variável fundamental, ponderada também por tipo de mídia), Jornalista ou coluna, Localização, Elementos de imagem – imagens, ilustrações, sonoras etc, Nível de destaque, Teor da notícia – se positivo, neutro ou negativo. Representa a soma ponderada de todos esses fatores, multiplicada pelo teor da notícia e pelo veículo. $VN_j = (PesoVeículo + PesoJornalista + PesoPresença\ capa + PesoLocalização + PesoTipo\ de\ Exposição + PesoNível\ de\ destaque)_j \times TEOR_j$

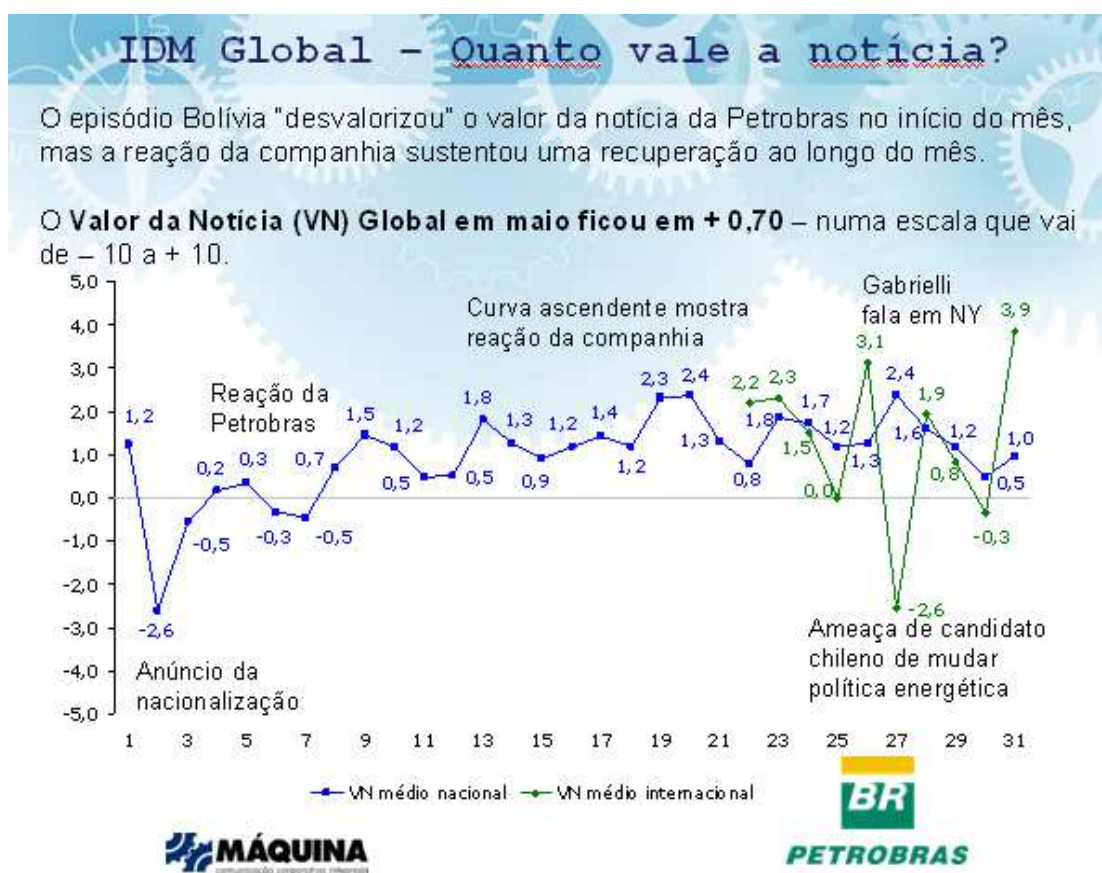


Gráfico 08 – Valor da Notícia da Petrobras

Fonte: Maquina

Em relação aos editoriais dos jornais nacionais, vê-se o aumento do noticiário negativo em referência à Petrobras (gráfico 09).

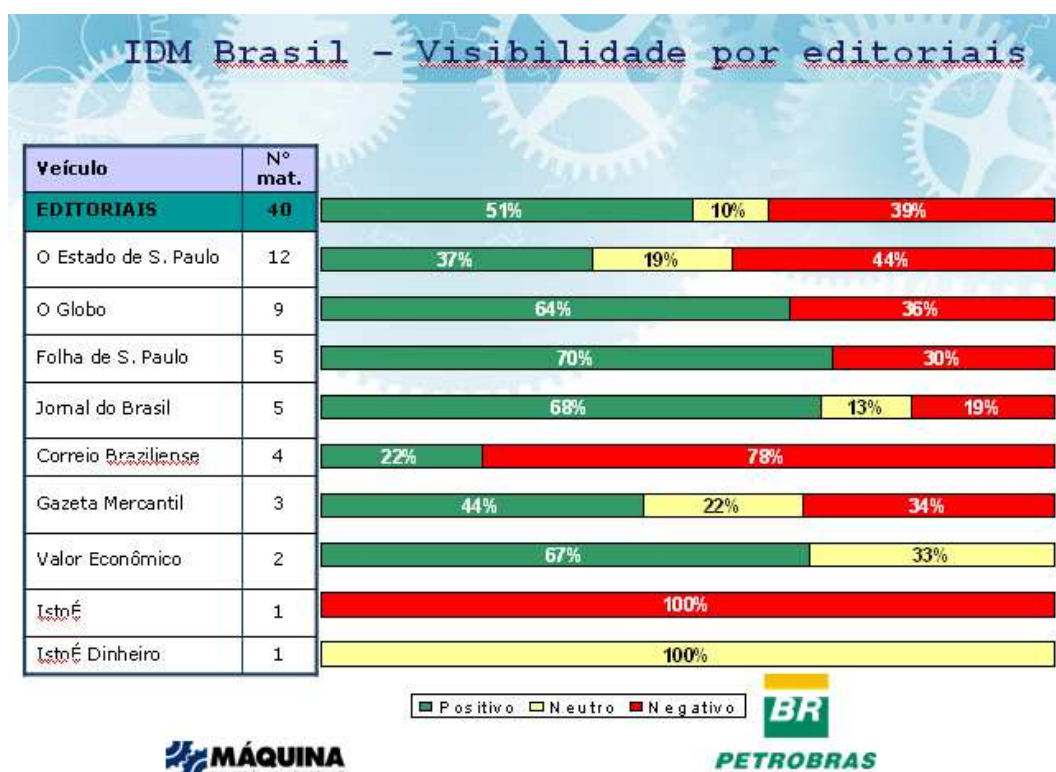


Gráfico 09 – IDM – Brasil - Editoriais

Fonte: Máquina

Assim sendo, verificou-se que a Petrobras foi muito impactada no quesito imagem, visto que os jornais de um modo geral exploram as notícias de acordo seus interesses, isto é, a visão editorial dos meios de comunicação, em especial a mídia impressa, tenta projetar para a opinião pública a sua verdade, o seu ponto de vista, independente da veracidade dos fatos.

CONCLUSÃO

A mídia exerce um papel muito importante na consolidação para uma sociedade mais justa e igualitária, pois os fluxos de informações, a divulgação de notícias e estudos em geral, alimentam substancialmente os diversos setores da sociedade para o debate e mediação de demandas sociais. Ela define o que se discutir em reuniões sociais, dentro de casa e no trabalho. Por isso, tem o poder de hierarquizar temas, criando prioridades. Portanto, a responsabilidade social da mídia é enorme, uma vez que configura a agenda de debates na sociedade.

Todavia, os meios de comunicação de massa tanto agendam o parlamento, divulgando as demandas da população (e as suas) quanto informam à sociedade sobre a atuação do Legislativo, colaborando na fiscalização desse poder. Além disso, a mídia exerce papel de transmissora de informações. Porém, não se pode esquecer que ela se revela por seus editoriais, suas omissões calculadas e a ênfase que deseja destacar em suas coberturas jornalísticas, constituindo-se, também, em ator político.

No episódio da crise do gás em maio de 2006, as matérias jornalísticas agendaram os pronunciamentos dos parlamentares, mormente os de oposição, porque viram nesse imbróglio uma alternativa para atacar o governo Lula na sua política externa. E os jornais pesquisados, contra a reeleição do governo atual alimentaram por vários dias uma crise de tamanho econômico pequeno, visto que a Bolívia, no seu ato soberano de nacionalizar seus hidrocarbonetos, consolidava a sua política nacionalista, mas não tinha como deixar de vender o gás para o Brasil porque não podia abrir mão dessa oferta, visto que, aí sim, criaria um problema econômico de tal magnitude que afetaria diretamente suas contas, já que a nossa demanda pelo gás boliviano resulta numa receita importante para aquele país.

Na segunda quinzena de maio de 2006 as informações sobre a crise internacional envolvendo o Brasil e a Bolívia diminuíram de frequência no

noticiário. No Senado, só houve quatro matérias a respeito no mês de junho. Na Câmara, só uma.

A Petrobras seguiu discutindo com o governo boliviano e somente ao final de 2006 concluíram-se as negociações com a YPFB. As duas empresas assinaram um acordo benéfico à Petrobras naquele momento, reconhecendo-a não somente como prestadora de serviços, mas como operadora e responsável pelo desenvolvimento do setor na Bolívia.

Efetivado o acordo com a compra das duas refinarias, a de Santa Cruz de La Sierra e a de Cochabamba, pelo Governo boliviano, por um montante de US\$ 112 milhões, a Bolívia mostrou força política. Todavia, a estatal brasileira mantém sob sua responsabilidade as operações das áreas mais importantes dos blocos petrolíferos.

Desde então, o tema da crise do gás boliviano praticamente não é mais tratado pelos parlamentares, porque, afinal, esse assunto não é mais explorado pela mídia, isto é, deixou de ter importância na pauta midiática, o espetáculo tinha acabado. Definitivamente, a miudeza do debate no Congresso Nacional não condiz com a importância que as relações internacionais tomaram na pauta política recente do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Dife/Bertrand Brasil.

CERVO, Amado Luiz.. São Paulo: Saraiva, 2007. Relações Internacionais da América Latina – Velhos e Novos Paradigmas.

DOMINGUES, José Maurício. *A Bolívia às vésperas do futuro*. In: DOMINGUES, José Maurício. Et al (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

GUIMARÃES. César. Et al. *Bolívia – A história sem fim*. In: DOMINGUES, José Maurício. Et al (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

GRUPO Maquina Comunicação Corporativa Integrada. *IDM Global Petrobras*. Maio de 2006.

O GLOBO, Jornal. Pesquisa de edição impressa do período 02 de maio de 2006 à 31 de maio de 2005.

LIMA, Vinício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mídia e opinião pública*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 2007.

NEVES, João A. de Castro. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira*. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, A. Carlos. (Orgs.). *Relações Internacionais do Brasil, temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

WERTHEIM, P. H. *Nem é o mesmo, nem é igual*. **Oil e Gás Journal Latinoamericana**, Rio de Janeiro, PennWell, p. 12-15, nov. 2006.

SITES CONSULTADOS

www.camara.gov.br. Edição eletrônica do Jornal da Câmara no período de 02 de maio a 31 de dezembro de 2006. Acesso em janeiro, fevereiro e março de 2010.

_____. Pesquisa de proposições legislativas no período de janeiro de 2003 a maio de 2006. Acesso em janeiro de 2010.

www1.folha.uol.com.br/. Pesquisa da edição impressa da Folha de São Paulo, para assinantes, do período de 02/05/06 à 31/05/06. Acesso nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010.

www.petrobras.com.br. Acesso nos meses de dezembro de 2009, janeiro de 2010.

www.tbh.com.br, Acesso em dezembro de 2009.

www.senado.gov.br. Edição eletrônica do Jornal do Senado no período de 02 de maio a 31 de dezembro de 2006. Acesso em janeiro, fevereiro e março de 2010.

_____. Pesquisa de matérias legislativas no período de janeiro de 2003 a maio de 2006. Acesso em janeiro de 2010.